

Cooperativa de resíduos sólidos

Elber José Assaiante dos Santos

Ana Clara Almeida Pimenta

Carlos Felipe Nogueira

Daniel Giacóia

Luis Augusto de Freitas Roewer

Renata Santos Alves

Raphaela Aparecida Tomaz do Prado

William Lara de Oliveira Reis

Tatiana Cristina da Rocha

Renata Santinelli

Dentre as várias atividades realizadas na Operação “Porta do Sol”, na cidade de Salgado de São Felix – PB, pode-se destacar o desenvolvimento da ação conjunta e integradora (entre rondonistas, membros da prefeitura e moradores da cidade) para o estabelecimento da primeira cooperativa de resíduos sólidos da cidade. Como é sabido pela atual gestão político-administrativa da cidade, mas principalmente pela população salgadense, o descarte de resíduos sólidos sem o tratamento adequado é um problema de saúde pública e ambiental, com raízes de ordem histórica e cultural. Visando uma intervenção positiva nessa problemática (e indo ao encontro da Lei nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos), foi proposto o desenvolvimento e a criação de uma cooperativa de resíduos sólidos que congregasse os catadores autônomos de lixo da cidade. Por meio de palestras (via apresentação de documentários e aulas expositivas sobre a temática em questão) e reuniões com membros da comunidade, notou-se que alguns catadores de lixo tinham o interesse de participar do projeto, visando à melhora de suas qualidades de trabalho e vida,

uma vez que na condição de cooperados, poderiam aumentar suas rendas individuais, a partir do trabalho coletivo. Com as orientações iniciais dos rondonistas que trabalharam na ação (e posterior o apoio de membros do poder público local), foram discutidos aspectos importantes para o início das atividades, principalmente no que diz respeito à questão burocrática (necessidade de emissão de R.G. e C.P.F., cadastramento dos interessados no Serviço de Assistência Social da Prefeitura, etc.), e claro, as novas possibilidades e benefícios que essa atividade traria aos cooperados (destacando-se os direitos trabalhistas advindos com o registro em carteira de trabalho). Frente às colocações apresentadas, pode-se dizer que a ação idealizada pela equipe oriunda de Minas Gerais foi fundamental para o desenvolvimento, por parte dos moradores que participaram das atividades, do exercício da participação política, assim como, para a compreensão dos seus próprios direitos civis e sociais, visando (em um futuro próximo) uma melhora em suas qualidades de vida. Da mesma forma, a atividade permitiu o entendimento de que ações integradoras e de participação coletiva são, ainda, fundamentais para a criação de novas possibilidades para mudanças práticas na vida das pessoas e da própria comunidade. Fatos, esses, que trouxeram não apenas a sensação de dever cumprido, mas também o sentimento ímpar de ser um rondonista: aprender ensinando e ensinar aprendendo com aqueles que convivemos e podemos de alguma forma ajudar.